

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 4



Alvaro Daniel Costa
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 4 [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-080-3

DOI 10.22533/at.ed.803192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA CULTURA, LITERATURA, EDUCAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS - QUESTÕES MULTIDISCIPLIARES

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO EM GESTÃO CULTURAL NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.8031925011	
CAPÍTULO 2	16
A PERCEPÇÃO DE TRABALHADORES ITAJAIENSES SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CULTURA DO TRABALHADOR	
Ana Clara Ferreira Marques	
Maria Glória Dittrich	
DOI 10.22533/at.ed.8031925012	
CAPÍTULO 3	30
O EFEITO CRIATIVO: UM MODELO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL?	
Victor Moura Soares Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8031925013	
CAPÍTULO 4	45
THE UNBEARABLE UNCERTAINTY OF LIVING: ULRICH BECK'S COSMOPOLITAN ITINERARY FOR A WORLD AT RISK	
Bruno Paulo Castendo Rego	
DOI 10.22533/at.ed.8031925014	
CAPÍTULO 5	58
A UTILIZAÇÃO DO <i>GOOGLE CLASSROOM</i> NA MONITORIA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA	
Dimitri Andrey Scarinci	
Nilton Abranches Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8031925015	
CAPÍTULO 6	67
O EFEITO MIMÉTICO DA LITERATURA: DISCUSSÕES SOBRE A PERIFERIA NO ROMANCE "CAPÃO PECADO", DE FERRÉZ.	
Gisele dos Santos Nascimento	
João Victor Gonçalves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8031925016	
CAPÍTULO 7	76
LITERATURA EM REVISTA A CONTRIBUIÇÃO DA <i>MUITO</i> PARA A DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA	
Sílvia Mota Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.8031925017	
CAPÍTULO 8	89
O QUE UM JACARÉ E UM AEROPORTO TÊM EM COMUM?	
Gabriela Lopes Vasconcellos de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8031925018	

CAPÍTULO 9 97

A TECTÔNICA DE PLACAS AO ALCANCE DAS MÃOS: PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Larissa Romana de Oliveira Araujo

Dimitri Andrey Scarinci

Marcelle dos Santos Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.8031925019

CAPÍTULO 10 107

PESQUISA SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS DE JOVENS E ADULTOS

Marta Lima de Souza

DOI 10.22533/at.ed.80319250110

CAPÍTULO 11 118

RUÍNAS, QUANDO O ERRO SE TORNA ALGO PRECIOSO: ANALISANDO TEXTOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DA EJA

Dany Thomaz Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.80319250111

CAPÍTULO 12 130

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA ALICE DO AMARAL PEIXOTO

Lucas do Couto Neves

Pablo Peixoto de Jesus Santos

Bruno de Oliveira Corrêa

Francisca Marli Rodrigues de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.80319250112

CAPÍTULO 13 138

ESTUDANTES OU PACIENTES? A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UMA PRÁTICA DE CONTROLE SOCIAL.

Letícia Nascimento Mello

Cristiane Moreira da Silva

Sylvio Pecoraro Júnior

DOI 10.22533/at.ed.80319250113

CAPÍTULO 14 148

DIVINA PERFORMANCE: O MENINO IMPERADOR DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Viviane Paraguaçu Nunes

DOI 10.22533/at.ed.80319250114

CAPÍTULO 15 160

MEDIUNIDADE PRESENTE NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTO E DANÇA AFRO-BRASILEIRA

Tereza de Fatima Mascarin

DOI 10.22533/at.ed.80319250115

CAPÍTULO 16 169

O AERoclUBE DO BRASIL E O MUSEU AERoespacial: PERSONAGENS IMPORTANTES NA CONSOLIDAÇÃO DE UMA CULTURA DE AVIAÇÃO NO BRASIL

Rejane de Souza Fontes

Claudia Musa Fay

DOI 10.22533/at.ed.80319250116

CAPÍTULO 17	185
SOB AS LUZES PALIMPSESTAS: A RECRIAÇÃO DE O VENDEDOR DE PASSADOS PARA O CINEMA	
Josette Maria Alves de Souza Monzani	
Daniela Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.80319250117	
CAPÍTULO 18	196
AS PRIMEIRAS MULHERES “PIONEIRAS” SE FORMAM NA ESCOLA NAVAL BRASILEIRA: ADEUS MINHA ESCOLA QUERIDA!	
Hercules Guimarães Honorato	
DOI 10.22533/at.ed.80319250118	
CAPÍTULO 19	206
BLITZ NOVEMBRO AZUL: A APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO HOMEM, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Gabriele Cavalcante Pereira	
Edilson dos Santos Souza	
Fernando Mendes de Araújo	
Geiriane Sampaio da Silva	
Evandro Raimundo Madeira Portela	
Danyel Pinheiro Castelo Branco	
DOI 10.22533/at.ed.80319250119	
CAPÍTULO 20	211
A CONJUNTURA DO <i>MUNDO</i> DOS DETENTOS E SUAS VULNERABILIDADES	
Marceli Diana Helfenstein Albeirice da Rocha	
Marlete Scremin	
Patrícia Alves de Mendonça Cavalcante	
Patricia Fernandes Albeirice da Rocha	
Rebeca Saiter Ribeiro	
Sergio Celestino Cavalcante Santos	
Tatianne Comin Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.80319250120	
CAPÍTULO 21	221
ECONOMIA DO CRIME: UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA DA TEORIA DE GARY BECKER COM FOCO NO CRIMINOSO RACIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Daniel Garcia Jaña Riker	
DOI 10.22533/at.ed.80319250121	
CAPÍTULO 22	240
LIMITES ÉTICOS E JURÍDICOS À EXPERIÊNCIA CIENTÍFICA COM SERES HUMANOS	
Camila Maria Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.80319250122	
CAPÍTULO 23	256
“4 MESES, 3 SEMANAS E 2 DIAS”, PARA SER A FAVOR DO DIREITO SUBJETIVO DE ESCOLHA	
Ana Luíza Canolla do Amaral	
Paulo Eduardo de Mattos Stipp	
DOI 10.22533/at.ed.80319250123	
SOBRE O ORGANIZADOR	269

ESTUDANTES OU PACIENTES? A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UMA PRÁTICA DE CONTROLE SOCIAL.

Letícia Nascimento Mello

Graduada em Psicologia e Pós Graduada em Psicologia da Saúde e Hospitalar pela Universidade Católica de Petrópolis.

Petrópolis – Rio de Janeiro

Cristiane Moreira da Silva

Doutora em Psicologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis – Rio de Janeiro

Sylvio Pecoraro Júnior

Graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis e Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

Petrópolis – Rio de Janeiro

RESUMO: O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa documental cujo principal objetivo foi analisar se as instituições escolares vêm se apropriando de discursos e práticas medicalizantes a fim de justificar dificuldades de aprendizagem e comportamentos classificados como inadequados durante o processo de escolarização. Foram discutidos aspectos históricos, desde o surgimento da escola até a medicalização escolar como elemento da contemporaneidade em articulação com os registros dos encaminhamentos de crianças com queixa escolar das escolas municipais de Petrópolis para a Assessoria em Psicologia

Escolar do Município, no período entre 2013 a 2015, contemplando do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Dentre os encaminhamentos foram analisados os que mencionam sintomas e diagnósticos ou solicitam avaliação médica e psicológica. Levando em conta a descrição dos dados, conforme foram registrados, foi possível verificar que a medicalização se faz presente nos encaminhamentos. As queixas mencionadas indicam mau comportamento ou agressividade como principal justificativa sendo estes tratados como patologias e conseqüentemente, submetidos à tratamento médico. Influências sociais, familiares, econômicas ou a própria instituição escolar não são colocadas em análise atribuindo à criança a fonte primária da queixa escolar e o tratamento individual como solução.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Controle Social, Queixa Escolar, Fracasso Escolar, Medicalização da Vida.

ABSTRACT: The present text presents the results of a documentary research whose main objective was to analyze if the school institutions have been appropriating discourses and medical practices in order to justify learning difficulties and behaviors classified as inadequate during the schooling process. Historical aspects were discussed, from the beginning of the school to the medical medicalization as an element of

contemporaneity in articulation with the records of the referrals of children with school complaints from the municipal schools of Petrópolis to the Counseling in School Psychology of the Municipality, in the period between 2013 to 2015 , contemplating from the 1st to the 3rd year of elementary school. Among the referrals were those that mention symptoms and diagnoses or request medical and psychological evaluation. Taking into account the description of the data, as recorded, it was possible to verify that the medicalization is present in the referrals. The mentioned complaints indicate bad behavior or aggressiveness as the main justification, being treated as pathologies and, consequently, submitted to medical treatment. Social, family, economic influences or the school institution itself are not analyzed by assigning the child the primary source of the school complaint and individual treatment as a solution.

Key words: School, Social Control, School Complaint, School Failure, Medicalization of Life.

1 | INTRODUÇÃO

As questões que desencadearam a pesquisa desenvolvida foram desdobramentos do trabalho realizado pelos autores em projeto de extensão da Universidade Católica de Petrópolis em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Petrópolis que acompanhou 300 crianças encaminhadas com queixa escolar. Nomeado Projeto INTEGRARE teve como objetivo intervir na tríade educando-família-escola priorizando a prática avaliativa e intervenções em grupo por profissionais da Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia; acompanhado de entrevistas e grupos de orientação aos responsáveis; visitas às escolas e cursos de capacitação para educadores. As crianças assistidas no INTEGRARE eram encaminhadas, devido a queixas escolares distintas, pelas escolas da rede municipal de ensino para as Assessorias de Psicologia Escolar e de Educação Especial da Secretaria de Educação e, após um contato inicial com o estudante e sua família, eram encaminhadas ao Projeto. Participando da equipe de psicologia fomos a porta de entrada para o Projeto recebendo as famílias e analisando o encaminhamento que era realizado por escrito com uma justificativa. A prática e a análise dos dados coletados possibilitaram uma ampla observação, desde visitas a escolas com alto índice de encaminhamentos ao contato direto com os estudantes assistidos e suas famílias. Experiência esta, bastante enriquecedora, porém impactante ao deparar-nos com a quantidade de encaminhamentos direcionados a questões comportamentais e disciplinares dessas crianças dentro do contexto escolar, mesmo sendo um projeto cujo foco direcionava-se a questões de aprendizagem.

A fim de entendermos esses encaminhamentos optamos por realizar uma pesquisa documental na Assessoria de Psicologia Escolar da Secretaria de Educação, cujo principal objetivo foi analisar se as instituições escolares vêm se apropriando de discursos e práticas medicalizantes a fim de justificar dificuldades de

aprendizagem e comportamentos. Analisamos os encaminhamentos das escolas municipais no período entre 2013 a 2015, contemplando do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, período de concentração dos encaminhamentos para Psicologia Escolar neste município. Embasados a partir da seguinte pergunta: Encaminhamentos para avaliações médicas ou psicológicas podem indicar que as instituições de ensino vêm se apropriando da medicalização como um meio de justificar a queixa escolar?

A partir da necessidade de identificar os fatores que interferem na produção da queixa escolar e verificar se estes mascaram práticas medicalizantes apontando possibilidades de intervenção no processo que possam cooperar com educadores, profissionais de saúde e administradores de instituições educacionais, é que esta pesquisa apresentada se justifica. Os norteadores teóricos utilizados foram as obras de Collares e Moysés (1994, 1996, 2010) e Patto (1987, 1996) uma vez que seus trabalhos são referenciais e pioneiros ao tratar da medicalização escolar no Brasil. O entendimento do conceito de medicalização é baseado na concepção destas autoras, ao julgarem como um fenômeno de transformação de questões “não médicas” em questões médicas.

Os conceitos de assujeitamento e controle social são oriundos de Foucault (1997) visando analisar e problematizar os mecanismos de controle e punição. A problematização da instituição escolar embasa-se principalmente no conceito de docilização dos corpos Foucault (1997) por meio dos mecanismos de vigilância e punição que justificam a incorporação de saberes produzidos historicamente, como verdades absolutas no senso comum. São analisadas as relações de poder que permeiam a instituição e os corpos submetidos à esta.

Os dados analisados apontam o crescente número de encaminhamentos entendidos como queixa escolar e índices significativos de uso de medicamentos psicotrópicos por parte dos encaminhados. Sendo assim, cria-se um enquadramento que exclui as questões que atravessam os sujeitos, por vezes, até aspectos sociais e normalizadores que já se arrastam por gerações para enquadrar o cotidiano como problema de ordem médica. Ao chamarmos a atenção para aspectos, práticas e discursos medicalizantes presentes em nosso cotidiano, a luta contra a medicalização ganha notoriedade. Seguindo de outro modo, impregnados de “supostos saberes” a não serem sequer questionados, nos tornamos cúmplices diretos ou indiretos da medicalização nos sistemas educacionais.

2 | METODOLOGIA

Por meio de um ofício endereçado à Secretaria de Educação do Município de Petrópolis, foi autorizado pela Subsecretária de Educação Infantil a presença de uma pesquisadora na Assessoria de Psicologia Escolar com acesso aos arquivos. A entrada em campo ocorreu em 16 de junho de 2016 a 01 de agosto do mesmo ano. A coleta de

dados partiu da leitura de todos os encaminhamentos entre 2013 e 2015, de crianças do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, totalizando 254. Optamos pelo recorte de análise relativo aos três anos iniciais do Ensino Fundamental que constitui o ciclo da alfabetização e letramento, pois a partir da experiência no INTEGRARE, observamos que o maior número de encaminhamentos concentravam-se neste período escolar. Os encaminhamentos são recebidos por e-mail, impressos e armazenados em forma de arquivos em pastas, organizados de acordo com o nome da instituição em ordem alfabética.

Para tratamento dos dados recorreremos à análise de conteúdo de Bardin (1977), que consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com (a) pré-análise, na qual se escolhe os documentos, se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, (b) na exploração do material, na qual se aplicam as técnicas específicas segundo os objetivos e (c) no tratamento dos resultados e interpretações, cujo principal norteador foi: encaminhamentos para avaliações médicas ou psicológicas podem indicar que as instituições de ensino vêm se apropriando da medicalização como um meio de justificar a queixa escolar?

A escolha desse método partiu dos objetivos traçados para o estudo, sendo estes a leitura dos encaminhamentos e a elaboração de planilha em Excel, justificando-se pelo desejo de um levantamento no qual seja possível identificar e rastrear aspectos da queixa escolar contidos nos encaminhamentos, investigando se há apropriação das instituições escolares aos discursos medicalizantes e ainda os motivos diretos ou indiretos que levam as escolas a encaminharem os estudantes a APE.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, a história da educação tem seu início com a chegada dos padres jesuítas no ano de 1549 que inicialmente, em 1540, pretendiam catequizar e escolarizar a população indígena que aqui estava. No entanto a educação direciona seu foco aos novos sacerdotes e aos filhos dos colonizadores. As escolas que existiam neste momento, eram estritamente direcionadas às elites. Somente em 1772 é implementado o ensino público e laico, que não era acessível a toda a população, lembrando que ainda existia a escravidão no Brasil e a educação não era considerada prioridade para a população negra e pobre neste contexto histórico.

Com a chegada da República em 15 de novembro de 1889, a escola deslocou-se do poder exclusivo da Igreja e algumas mudanças são instituídas como a valorização do ensino e a seriação dos anos escolares, por exemplo. No entanto, eram restritas às elites da época. O movimento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” em 1932 buscava uma educação obrigatória, pública, laica, sem qualquer discriminação sendo um marco no processo de democratização da educação no Brasil (SAVIANI 2007).

Com o golpe militar em 1964 e a instituição da ditadura no Brasil a educação que

vinha sendo construída a passos curtos e lentos, praticamente estagnou. Somente pós um longo tempo do fim da ditadura, a nova Constituição Federal é promulgada em 1988 deixando instituído o direito à educação para todos.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) – LDB, é implementada ganhando espaço como a mais importante lei no regimento é dela o crédito pela autonomia e flexibilização dos sistemas de ensino, a municipalização do ensino, a possibilidade da educação à distância, o direcionamento e a possibilidade de implementação da educação especial e inclusiva.

Para pensarmos a instituição escola é necessário nos reportamos ao seu processo de construção e suas transformações até chegarmos ao sistema educacional de hoje. Diante desta reflexão em que de fato avançamos na educação e no funcionamento escolar? Será que invés de segregarmos pela faixa etária, raça ou cor, como fizemos no passado, atualmente estamos dando lugar à epidemia de diagnósticos como forma de segregação?

Ao longo da história que permeia a Educação, encontramos relatos de dificuldades na inserção e adequação de alunos ao ambiente escolar produzindo a queixa escolar. Souza compreende a queixa como “aquela que tem, em seu centro, o processo de escolarização. Trata-se de um emergente de uma rede de relações que tem como personagens principais, via de regra, a criança/adolescente, sua escola e sua família. O cenário principal em que surge e é sustentada pelo universo escolar” (SOUZA, 2007 p.100).

Foucault em seu livro *Vigiar e Punir* rompe paradigmas ao buscar problematizar parâmetros de comportamentos sociais, trazendo à tona aspectos como o poder e o saber, aspectos estes trabalhados como “instituições de sequestro”. Ao analisarmos o conceito de docilização dos corpos, proposto por Foucault (1997) é possível entendê-lo como uma forma de “domesticação”. Ao sermos socializados somos invadidos pelas regras sociais e punidos quando nos tornamos desviantes dentro do contexto tendo como um de seus maiores objetivos a utilidade em formar corpos produtivos. E m busca de docilizar corpos infantis, a escola tende aplicar seus dispositivos disciplinares. Basta um olhar atento à organização do espaço, por exemplo: a disposição das cadeiras, que individualiza e impossibilita a troca de experiências entre os discentes, o olhar e a atenção devem estar voltados à frente, para o professor.

Estudantes são orientados a sentar-se em suas carteiras, enfileirados de forma organizada e de fácil visualização para aquele que é o detentor do poder e o responsável pelas punições. O regime escolar, assim como qualquer outra instituição disciplinar, visa o controle e a uniformidade entre os presentes. O relato que segue ilustra o que Foucault (1987) propõe ao dizer que existem relações de poder e certa variedade na forma com que podem ser configuradas, sendo o poder entendido como uma potência que coage, controla e principalmente disciplina sujeito: “É um aluno muito educado, carinhoso e tem um bom relacionamento com a professora. No entanto se mexe muito na carteira, não é de levantar, no entanto fala muito e às vezes atrapalha a aula”

(Encaminhamento enviado à APE - Aluno de 9 anos do 3º ano do Ensino Fundamental, 2016).

Crianças que não se encaixam ou diferem daquilo que é esperado para elas, manifestam sua resistência a um sistema disciplinar através de seus comportamentos desajustados e inquietos. Conforme exemplifica o seguinte encaminhamento: “Agressividade/agitação/ recusa na realização das tarefas. O aluno se coloca constantemente em situações de risco e está totalmente agitado e fora de controle” (Encaminhamento enviado à APE - Aluno de 7 anos do 1º ano Ensino Fundamental, 2016).

O processo de medicalização da vida provoca uma série de reflexões, principalmente se associarmos historicamente o uso de medicamentos como formas de representação de supostos saberes e forma de demonstrar poder. Cabe ressaltar, que a crítica aplica-se a medicalização e não ao ato de medicar, sendo visto como o processo de prescrever remédios e a utilização dos mesmos em tratamentos, o que pode ser necessário e eficaz desde que seja feito com cautela. A medicalização deve ser compreendida como:

Processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do sujeito, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do singular e do coletivo. (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p.25).

No entanto nos cabe problematizar, uma lógica que facilmente tem sido aplicada onde em primeiro momento, exclui-se a escola e de imediato direciona-se a queixa ao aluno e sua família. Ao tomarmos o processo de aprendizagem de um estudante que em algum momento de sua trajetória escolar demonstre “dificuldade”, quase imediatamente surge o alerta: Será que isso é um sinal de mau funcionamento orgânico?

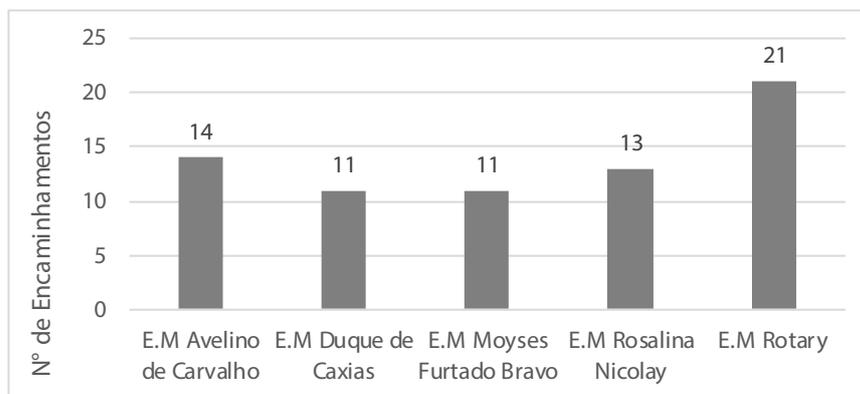


Gráfico 1 – Escolas que mais encaminham

No gráfico 1 os dados apresentados dizem respeito às escolas que mais

encaminharam ao longo dos anos de 2013 a 2015. Optou-se por esse recorte para a criação do gráfico, no entanto foram analisadas 59 escolas no total.

A seguir, no gráfico 2, os dados relativos aos três anos iniciais do Ensino Fundamental que constitui o Ciclo da Alfabetização e Letramento onde não devem ser passíveis de interrupção, de acordo com a *Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010*

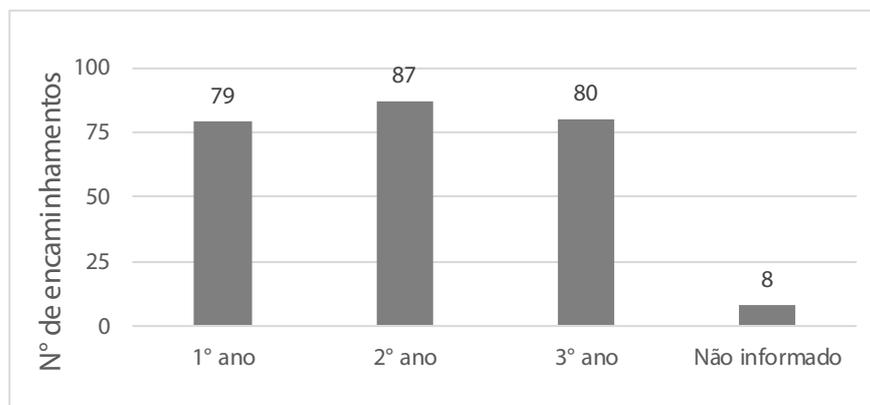


Gráfico 2 – Encaminhamentos pelo ciclo de alfabetização

A partir dos gráficos 2 e 3, torna-se possível perceber os altos índices de encaminhamentos nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

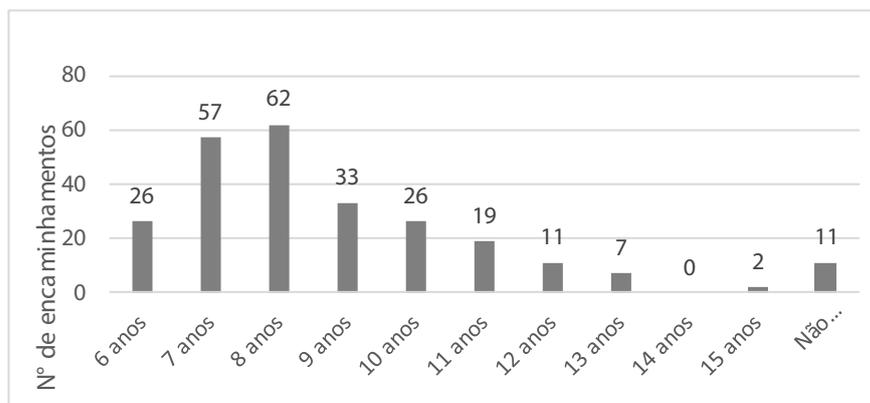


Gráfico 3 – Encaminhamentos por idade

Os dados alarmantes retomam problematizações e considerações levantadas por Foucault (1999), a sociedade moderna edificou pequenos tribunais normalizadores dos corpos, utilizando os dispositivos do exame, a sanção normalizadora e a vigilância contínua como maneira de, por meio de saberes e de poderes disciplinares e biopolíticos, julgar e classificar os corpos como normais e como anormais por meio da aproximação e do afastamento das regras sociais estabelecidas como modelos a obedecer. Na tabela 4 nota-se a categorização das queixas a partir das informações obtidas nos encaminhamentos. Foram contabilizados todas as queixas de cada encaminhamento por isso alguns se enquadraram em mais de uma categoria.

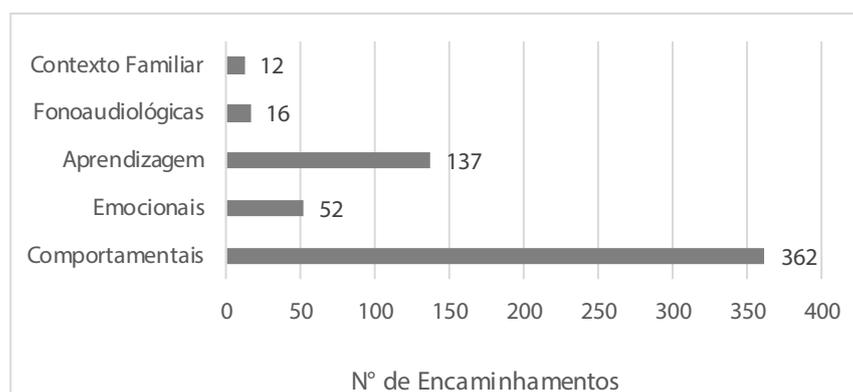


Gráfico 4 – Encaminhamentos por queixas

Ao analisarmos é possível perceber o alto número de encaminhamentos direcionados a questões comportamentais. Nesta categoria estão as queixas de agitação, agressividade, desatenção, não cumprimento de normas e comunicação verbal entendida como incômoda pelos professores. Esses encaminhamentos buscavam uma compreensão médica para a queixa. Foram encaminhados para avaliação e os que foram tratados com psicotrópicos estão distribuídos na tabela 5. Cabe destacar que em poucos registros constavam o resultado da avaliação e o acompanhamento da queixa o que pode significar que outros casos tratados com medicamentos não foram contabilizados.

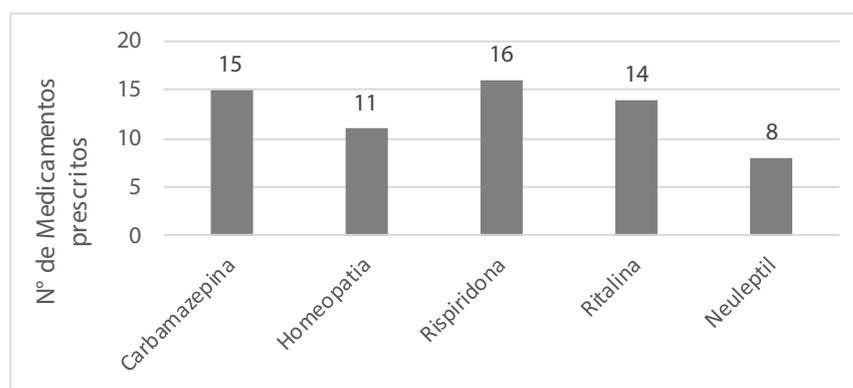


Gráfico 5 – Medicamentos mais prescritos

Cabe o questionamento: Qual é a função deste medicamento? A quem este medicamento visa beneficiar? A criança ou a escola que não consegue adotar meios para lidar com suas singularidades? Qual a responsabilidade dos profissionais de saúde envolvidos? Isenta-se as singularidades, dando espaço e visibilidade somente ao biológico. Respondendo a uma lógica medicalizante e normativa onde, determina-se e distingue-se aquilo que é considerado normal e patológico para o convívio social negligências aspectos sociais e a própria instituição na produção da queixa escolar.

4 | CONCLUSÕES

Por meio dos dados obtidos nos encaminhamentos de queixa escolar, é possível perceber o aumento do processo de medicalização da educação. O controle social é gerido a partir daqueles que ocupam lugares onde é possível inferir sobre sujeitos e analisá-los. No entanto, faz-se necessário expandir o olhar para que esta análise englobe também as questões contemporâneas e demandas sociais que esse tipo de processo visa atender. Olhar a história de quem não aprende e a partir disso construir perguntas históricas, políticas, sociais, relacionais e institucionais que são produtoras diretas na vida dessa criança. É tencionar a lógica patologizante que por inúmeras vezes ecoa dentro de nossas salas de aula e transformam-se em encaminhamentos, aos quais acompanhamos ao longo deste trabalho.

Ao medicalizar afirma-se a política educacional como algo que não precisa ser reformulado, pois a razão do problema encontra-se centralizada no aluno. Tal postura oculta à realidade educacional do nosso país com as salas super lotadas, as condições precárias de trabalho enfrentadas pelos profissionais da educação e um currículo desarticulado da realidade dos estudantes.

A psicologia pode cooperar com este modelo medicalizante na medida que ao recebermos estas crianças encaminhadas, nos restringimos aquilo que nos foi pedido e pautado somente nos instrumentos de avaliação psicológica, colaboramos para a conclusão de diagnóstico que já havia sido sondado. Cabe a nós enquanto especialistas o olhar atento e criterioso, buscando sempre questionar qual a função daquele diagnóstico em potencial e a quem estávamos beneficiando em confirmá-lo ou não.

Durante todo o processo de análise dos encaminhamentos algo chamou-nos a atenção e diz respeito à falta de espaço aos encaminhados, é preciso escutar o que essa queixa quer dizer, pois tem sido produzida com base naquele que sequer tem a oportunidade ser ouvido, o aluno.

Por fim, a escola tem buscado romper às correntes que a prendem em um passado normatizador, a legislação cumpre seu papel ao provocar discussões sobre educar para diversidade, inclusão e acessibilidade no contexto escolar. Existem programas que trabalham relacionamentos e emoções, fazendo com que os estudantes entendam e aprendam como lidar e expressá-las de maneira mais assertiva. Além de capacitação para professores e gestores, ao passo que precisam entender e estarem aptos para lidar com singularidades. No entanto, caminha-se a passos curtos e com isso o discurso que rotula, segrega e estigmatiza continua a transitar por corredores e salas de aula do nosso país.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe: **História Social da Criança e da Família**, Tradução: Dora Flaksman Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- APA (2014). *DSM 5. Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais, 5ª Edição*. Lisboa: Climepsi Editores.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (lei 9394/96), São Paulo: Avercamp, 2003.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COLLARES, C. A. L., & MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CORDIÈ, A. **Os atrasos não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Porto Alegre: Artes médicas (Artmed), 1996.
- CHAUÍ, M. de S. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- MOYSÉS, M. A. A. A institucionalização invisível – crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas, **SP: FAPESP/ Mercado de Letras** 2001.
- PATTO, M. H. S. **O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso**. Cad. Pesq., São Paulo: 1988.
- POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Tradução: Suzana M. de Alencar Carvalho e José Laurentino de Melo. Rio de Janeiro: Graphia; 2005
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção memória da educação).
- SOUZA, B. DE P. (2007) **Funcionamentos escolares e a produção de fracasso escolar e sofrimento**. In: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp.241-278). São Paulo: Casa do Psicólogo

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-080-3



9 788572 470803